



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 5003469-38.2018.4.03.6104

RELATOR: Gab. 05 - DES. FED. COTRIM GUIMARÃES

APELANTE: JULIA REGIO DA SILVA, RODRIGO ARENGUE DE SA, RUBENS CARLOS DE MOURA, JOARENICE FERNANDES VALE, ROBSON DA SILVA PATROCINIO

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

APELADO: UNIAO FEDERAL, INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL, ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVICOS S/A, MUNICIPIO DE GUARUJA

PROCURADOR: PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 3ª REGIÃO, PROCURADORIA-REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, MUNICIPIO DE GUARUJA

Advogados do(a) APELADO: ROBERTO ABRAMIDES GONCALVES SILVA - SP119367-A, BRUNO HENRIQUE GONCALVES - SP131351-A

Advogado do(a) APELADO: MONICA DERRA DIB DAUD - SP86294-A

OUTROS PARTICIPANTES:



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 5003469-38.2018.4.03.6104

RELATOR: Gab. 05 - DES. FED. COTRIM GUIMARÃES

APELANTE: JULIA REGIO DA SILVA, RODRIGO ARENGUE DE SA, RUBENS CARLOS DE MOURA, JOARENICE FERNANDES VALE, ROBSON DA SILVA PATROCINIO

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

APELADO: UNIAO FEDERAL, INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL, ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVICOS S/A, MUNICIPIO DE GUARUJA

PROCURADOR: PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 3ª REGIÃO, PROCURADORIA-REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, MUNICIPIO DE GUARUJA

Advogados do(a) APELADO: ROBERTO ABRAMIDES GONCALVES SILVA - SP119367-A, BRUNO HENRIQUE GONCALVES - SP131351-A

Advogado do(a) APELADO: MONICA DERRA DIB DAUD - SP86294-A

OUTROS PARTICIPANTES:

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Desembargador Federal COTRIM GUIMARÃES (Relator):

Trata-se de ação de manutenção de posse com pedido liminar proposta por JULIA REGIO DA SILVA e outros em face de ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVICOS S/A, UNIAO FEDERAL, INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL e MUNICIPIO DE GUARUJA objetivando a declaração de nulidade do procedimento administrativo em curso na Prefeitura de Guarujá a fim de suspender os atos de demolição.

Sentença: O Juízo a quo julgou improcedente o pedido ao fundamento de que não foi comprovado o risco demolição dos imóveis pelos réus, que os autores não se desincumbiram do ônus de provar o seu direito, bem como não comprovaram a sua posse legítima. Condenou a parte ré ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10%, cuja exigibilidade restou suspensa em razão dos benefícios da justiça gratuita. Sem condenação em custas.

Razões de apelação em que JULIA REGIO DA SILVA e outros alegam, em síntese: a) que nos casos de ocupação irregular de áreas públicas, a jurisprudência tem se firmado no sentido de admitir a indenização pelas benfeitorias, vez que ao Poder Público não é dado beneficiar-se indevidamente às custas dos particulares, pois isso configuraria o enriquecimento ilícito do Poder Público; b) a posse mansa e pacífica e a propriedade dos imóveis está devidamente comprovada nos autos; c) a nulidade dos termos de notificações expedidos pela Prefeitura do Guarujá, por estarem eivados de nulidade absoluta (ID 67709070).

Devidamente processado o recurso, subiram os autos a este tribunal.

É o relatório.



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 5003469-38.2018.4.03.6104

RELATOR: Gab. 05 - DES. FED. COTRIM GUIMARÃES

APELANTE: JULIA REGIO DA SILVA, RODRIGO ARENGUE DE SA, RUBENS CARLOS DE MOURA, JOARENICE FERNANDES VALE, ROBSON DA SILVA PATROCINIO

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

Advogado do(a) APELANTE: FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851-A

APELADO: UNIAO FEDERAL, INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL, ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVICOS S/A, MUNICIPIO DE GUARUJA

PROCURADOR: PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 3ª REGIÃO, PROCURADORIA-REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, MUNICIPIO DE GUARUJA

Advogados do(a) APELADO: ROBERTO ABRAMIDES GONCALVES SILVA - SP119367-A, BRUNO HENRIQUE GONCALVES - SP131351-A

Advogado do(a) APELADO: MONICA DERRA DIB DAUD - SP86294-A

OUTROS PARTICIPANTES:

VOTO

O Exmo. Sr. Desembargador Federal COTRIM GUIMARÃES (Relator):

Trata-se de ação de manutenção de posse c/c indenização na qual os apelantes alegam que receberam notificações da Prefeitura Municipal do Guarujá para desocupação dos imóveis, supostamente edificadas em área de ocupação irregular, bem como para procederem a demolição das construções.

O cerne da controvérsia nos autos diz respeito ao pedido de bloqueio do procedimento administrativo em andamento junto à Prefeitura de Guarujá para suspender os atos de demolição por suposta irregularidade dos termos de notificação expedidos.

O Juízo a quo entendeu que os autores não possuem legitimidade para pleitear a manutenção da posse, conforme dispõe o art. 561 do NCPC, pois, diante de todo o conteúdo probatório, não restou comprovado que os imóveis indicados na inicial seriam demolidos por qualquer um dos réus apontados, ou seja, não apresentaram prova da prática de atos de turbção por parte dos apelados.

Além disso, o magistrado destacou que os autores não comprovaram a propriedade e a posse legítimas sobre os imóveis em questão, de modo que os mesmos não se desincumbiram do ônus probatório a fim de demonstrar seu direito à manutenção da posse, nos termos do art. 373, I do NCPC.

Esse o breve resumo da lide.

De início afasto a preliminar suscitada pela apelada, União Federal, pugnando pelo reconhecimento da inépcia da petição inicial, uma vez que a falta de documentação não implica em ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular da relação processual, consoante dispõe o §1º do artigo 330 do NCPC.

Quanto ao mérito, não aduz razão aos recorrentes.

Os apelantes sustentam que, em razão do disposto no artigo 299, inciso III do Decreto 044/98 (Código de Posturas de Guarujá-SP), somente seria possível a demolição dos imóveis quando, no caso de obras ou instalações ilegalizáveis, o proprietário ou responsável não executar no prazo fixado as medidas determinadas no laudo de vistoria, o qual não teria sido realizado pelo Município.

No entanto, compulsando os autos, observo que consta a juntada do relatório de vistoria da Praia do Góes, realizada em 15/02/2012 (ID 67708951 e 67708952).

Desta feita, a parte apelante faz alegações genéricas, não demonstrando concretamente a presença de vícios capazes de ensejar a decretação de nulidade das notificações e do procedimento administrativo.

No tocante às ações de manutenção e reintegração de posse, o art. 561 do NCPC aduz que incumbe ao autor provar: "I – a sua posse; II – a turbação ou esbulho praticado pelo réu; III – a data da turbação ou do esbulho; IV – a continuação na posse embora turbada na ação de manutenção de posse ou a perda da posse no caso de reintegração".

No caso dos autos, os apelantes não preencheram todos os requisitos supracitados, tendo em vista que não trouxe aos autos qualquer elemento de prova da prática de ato ilícito ou irregular por parte da Prefeitura do Guarujá, de forma que não fazem jus à proteção possessória.

Não obstante, o art. 1.245 do CC/02 dispõe que a transferência da propriedade de bem imóvel é comprovada mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis.

O art. 373 dispõe que o ônus da prova incumbe: “ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito”.

In casu, os autores colacionaram aos autos instrumentos particulares de cessão de posse e venda de benfeitorias, contas de luz dos imóveis e contratos particulares de compra e venda, alegando estar comprovada a propriedade, documentos estes que, no entanto, são incapazes de atestar a propriedade.

Ao que parece, todos os elementos probatórios constantes nos autos apontam para a irregularidade das ocupações de terreno público, localizado na Praia do Góes, de modo que os autores são considerados como meros ocupantes ou detentores.

Prova disso se verifica da manifestação da Procuradoria do Município de Guarujá sobre a área em questão, em sede de contestação (ID 67708933), in verbis:

“(...) O Fortim do Góes foi incorporado ao tombamento da Fortaleza da Barra Grande cinco anos após, em função de se tratar de outro imóvel, porém unido pela história do sistema de defesa militar.

A área formalmente e legalmente reconhecida como “próprio nacional” restringe-se hoje a 28.127,50 m², que corresponde à área definida pelas muralhas do Forte da Barra Grande até o Portão Espanhol.

Em 1969 o chefe do IPHAN em São Paulo conseguiu a extensão do tombamento de 1965 objetivando incorporar as ruínas do Fortim do Góes, pelo viés histórico, pois ambas as fortificações integravam o sistema de defesa da entrada do Canal da Barra Grande. Um dos objetivos práticos desse tombamento era assegurar a preservação das encostas, cujas matas são determinantes para a manutenção do ambiente original que emoldura a Fortaleza da Barra e impedir a sua ocupação por painéis publicitários ou construções inadequadas. Tratando-se, portanto, de imóvel tombado, a atuação da Prefeitura Municipal do Guarujá está em conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro.

Com efeito, a proteção do patrimônio cultural será promovida pelo Poder Público, através da adoção de formas específicas de acautelamento e preservação, dentre as quais se inclui o tombamento, instituto jurídico criado pelo Decreto- Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, recepcionado em sua integralidade pela ordem constitucional.

Nos termos do mencionado Decreto-Lei nº 25/37, um bem passa a integrar o patrimônio cultural da nação e a gozar de proteção legal específica, a partir do instante em que é devidamente inscrito nos Livros de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. ”

Ademais, a Prefeitura do Guarujá esclareceu que a ocupação irregular da Praia do Góes foi objeto de **recomendação** por parte do **Ministério Público Federal**, o que culminou com a Instauração de **Inquérito Civil Público de nº 08123.030123/98-13**, conforme se observa do Processo Administrativo 16.817/2006, tendo juntado cópia integral do mesmo nos autos.

Denota-se da cópia do supracitado Inquérito Civil, que a Prefeitura do Guarujá firmou termo de ajustamento de conduta após informações prestadas pela SPU e pelo IPHAN, se comprometendo a demolir as construções irregulares e a remover seus ocupantes, no intuito de preservar o acesso às praias do Guarujá.

Diante de todo o exposto, é pacífico na jurisprudência desta E. Corte que a ocupação irregular de bem público, ainda que dominical, não passa de mera detenção, caso em que se afigura inadmissível o pleito de proteção possessória contra o órgão público, nem tampouco qualquer de seus consectários legais (direito de retenção e indenização pelas benfeitorias).

Nesse sentido os seguintes julgados:

APELAÇÃO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE CUMULADA COM DESFAZIMENTO DE CONSTRUÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO NÃO AFASTADA. FAIXA DE DOMÍNIO. OCUPAÇÃO IRREGULAR DE IMÓVEL PÚBLICO. ESBULHO COMPROVADO. POSSE NÃO CONFIGURADA. MERA DETENÇÃO. INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. NÃO CABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

I. Trata-se de ação de reintegração de posse cumulada com pedido de demolição proposta pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT contra Maicon Nay Santos Souza, na qual foi requerida a desocupação da faixa de domínio da rodovia federal BR-101/SP (Km 178+450) com a demolição das edificações ali havidas.

II. No que concerne à alegação de cerceamento de defesa, em primeiro lugar, observa-se que o apelante, apesar de devidamente intimado, manteve-se inerte em relação ao despacho de fl. 74, no qual o juízo a quo deu oportunidade para que as partes especificassem as provas que pretendiam produzir. Em segundo lugar, ao compulsar os autos, verifica-se que há prova suficiente de que o apelante ocupa irregularmente imóvel público, consistente em faixa de domínio, e que nele construiu edificação. Observe-se, ademais, que o procedimento administrativo, tal como ressaltado pelo juízo a quo goza de presunção de veracidade que não foi afastada pelo apelante.

III. O processo administrativo evidencia que o imóvel em questão foi construído em faixa de domínio, há 11 metros do eixo da pista da Rodovia BR-101, altura do km 178 + 450 metros, lado esquerdo, no bairro de Jaquehy, Município de São Sebastião/SP, de modo que o imóvel localiza-se dentro da faixa de domínio da União Federal.

IV. É cediço que as faixas de domínio das rodovias são bens públicos. Desta forma, a sua ocupação por particular, sem autorização, além de colocar em risco a segurança da rodovia, configura esbulho e autoriza a reintegração de posse do imóvel.

V. Em se tratando de bem público, não há que se falar em posse do ocupante, mas, sim, em mera detenção, mesmo nos casos em que a ocupação tenha se dado em decorrência de inércia da Administração Pública. Sendo assim, ainda que restasse comprovada a boa-fé do réu, não lhe caberia nenhuma indenização pelas benfeitorias erigidas, uma vez que tal direito é resguardado apenas ao possuidor. Além disso, as obras por ele edificadas no terreno atendem somente ao seu interesse particular, em descompasso com os princípios da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do patrimônio público, não havendo, portanto, qualquer vantagem à União, que pudesse justificar a pretensa indenização.

VI. Apelação a que se nega provimento. (APELAÇÃO CÍVEL - 2273078 / SP 0000467-91.2014.4.03.6135, Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL VALDECI DOS SANTOS, PRIMEIRA TURMA, Data do Julgamento 26/02/2019, Data da Publicação/Fonte e-DJF3 Judicial 1 DATA:11/03/2019)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ESBULHO. ARTIGO 506 DO CPC. LEI 9.702/98. ARTIGOS 966 A 975 DO CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos dos Embargos de Terceiro ajuizados na origem, indeferiu o pedido de liminar. Alega a agravante que a Embargante não fez parte da ação de reintegração de posse seja como parte, seja como interveniente, de modo que não está alcançada pelo limite subjetivo da coisa julgada do processo nº 0901471-60.1988.403.6100, nos termos do artigo 506 do CPC. Argumenta que a ocupação do bem é anterior a 1996 e que jamais foi notificada pelo agravado para promover seu cadastramento e exercer seu direito de preferência, nos termos dos artigos 2º e 3º da Lei nº 9.702/98 e defende que faz jus ao recebimento de indenização pelas benfeitorias. Registro, de partida, ser incontroverso nos autos a ocorrência de coisa julgada nos autos da reintegração de posse nº 0901471-60.1988.403.6100. Considerando, assim, que o artigo 502 do CPC define a coisa julgada material como “a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso” não há que se falar na suspensão da decisão que autorizou ao agravado a reintegração de posse. Por conseguinte, eventual discussão sobre a decisão proferida na ação reintegratória somente poderá ser veiculada por meio de ação rescisória, observadas as hipóteses, prazo e demais requisitos previstos nos artigos 966 a 975 do CPC. Por conseguinte, tratando-se de mera detenção (e não de posse), afasta-se a pretensão de indenização por benfeitorias, conforme entendimento firmado pelo C. STJ: STJ, Segunda Turma, REsp 1701620/RS, Relator Ministro Herman Benjamin, Dje 19/12/2017 Com efeito, o artigo 1º da Lei nº 9.702/98 é claro ao prever que o INSS está “autorizado a proceder à alienação, mediante ato de autoridade competente, de bens imóveis de sua propriedade considerados desnecessários ou não vinculados às suas atividades operacionais”. Trata-se, à evidência, de mera faculdade da autarquia previdenciária e que não gera à agravante direito adquirido à aquisição do bem em debate. Agravo de Instrumento a que se nega provimento. (AGRAVO DE INSTRUMENTO / SP 5017439-84.2018.4.03.0000, Relator(a): Desembargador Federal WILSON ZAUHY FILHO, 1ª Turma, Data do Julgamento 26/04/2019, Data da Publicação/Fonte e - DJF3 Judicial 1 DATA: 13/05/2019)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. RECURSO PROVIDO.

- O art. 71, do Decreto-lei nº 9.760/46, prevê que o ocupante irregular pode ser sumariamente despejado sem qualquer direito à indenização.

- O STJ tem entendimento pacífico no sentido de que é possível a concessão de tutela antecipada em ação de reintegração de posse, ainda que se trate de posse velha, desde que preenchidos os requisitos do art. 273 do CPC.

- A ocupação de bem público pelo réu configura mera detenção e, não havendo proteção possessória, está caracterizado o esbulho autorizador da tutela de urgência para reintegrar o autor na posse, mesmo porque pode acarretar prejuízos aos beneficiários do programa, devidamente cadastrados e selecionados pela autarquia, a demora na desocupação, aguardando-se o desfecho da ação.

- Recurso provido. (AGRAVO DE INSTRUMENTO / SP 5001467-11.2017.4.03.0000, Relator(a): Desembargador Federal LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO, 2ª Turma, Data do Julgamento 31/10/2017, Data da Publicação/Fonte Intimação via sistema DATA: 14/11/2017)

A previsão de indenização pelos danos sofridos em razão de ação ou omissão causados por outrem encontra fundamento no art. 927 do Código Civil, o qual pressupõe a comprovação do prejuízo suportado pela parte que pleiteia a indenização, in verbis:

"Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo".

Nesse mesmo sentido a regra insculpida no art. 186 do Código Civil de 2002, que apresenta os elementos aptos a ensejar a reparação civil, a saber: o dano, o nexo causal, o ato ilícito e a culpa do agente.

In casu, não restou provada a prática de atos ilícitos praticados pelas apeladas quanto às notificações expedidas pela Prefeitura de Guarujá, nem a existência concreta de dano. Outrossim, não se verifica o prejuízo alegado, uma vez que os autores foram notificados para a desocupação e demolição dos imóveis, tudo conforme o disposto no Decreto 044/98.

Cumpre destacar que a mera possibilidade de eventual prejuízo, futuro, como se afigura no caso concreto, não enseja o direito à reparação civil.

Por fim, nos termos do § 11º do art. 85 do CPC/15, a majoração dos honorários é uma imposição na hipótese de se negar provimento ou rejeitar recurso interposto de decisão que já havia fixado honorários advocatícios sucumbenciais, respeitando-se os limites do § 2º do art. 85 do CPC.

Ante o exposto e à luz do disposto nos §§2º e 11 do art. 85 do CPC, devem ser majorados em 10% os honorários fixados anteriormente, ressalvando-se que, quanto ao beneficiário da justiça gratuita, a cobrança fica condicionada à comprovação de que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos, conforme dispõe o art. 98, §3º do CPC/15.

Diante do exposto, **nego provimento** ao recurso de apelação.

É como voto.

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. MANUTENÇÃO DE POSSE. BEM PÚBLICO. OCUPAÇÃO IRREGULAR. NOTIFICAÇÃO PARA DESOCUPAÇÃO VOLUNTÁRIA. INDENIZAÇÃO POR PREJUÍZOS. DESCABIMENTO. ALEGAÇÃO DE VÍCIO EM ATO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PROVAS. ALEGAÇÃO GENÉRICA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de ação de manutenção de posse c/c indenização na qual os apelantes alegam que receberam notificações da Prefeitura Municipal do Guarujá para desocupação dos imóveis, supostamente edificadas em área de ocupação irregular, bem como para procederem a demolição das construções.
2. O cerne da controvérsia nos autos diz respeito ao pedido de bloqueio do procedimento administrativo em andamento junto à Prefeitura de Guarujá para suspender os atos de demolição por suposta irregularidade dos termos de notificação expedidos.
3. Os apelantes sustentam a existência de vício nas notificações expedidas pela Prefeitura do Guarujá. No entanto, a parte apelante faz alegações genéricas, não demonstrando concretamente a presença de vícios capazes de ensejar a decretação de nulidade das notificações e do procedimento administrativo.
4. Não obstante, o art. 1.245 do CC/02 dispõe que a transferência da propriedade de bem imóvel é comprovada mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis.
5. O art. 373 dispõe que o ônus da prova incumbe: “ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito”. In casu, os autores colacionaram aos autos instrumentos particulares de cessão de posse e venda de benfeitorias, contas de luz dos imóveis e contratos particulares de compra e venda, alegando estar comprovada a propriedade, documentos estes que, no entanto, são incapazes de atestar a propriedade.
6. Ao que parece, todos os elementos probatórios constantes nos autos apontam para a irregularidade das ocupações de terreno público, localizado na Praia do Góes, de modo que os autores são considerados como meros ocupantes ou detentores.
7. Diante de todo o exposto, é pacífico na jurisprudência desta E. Corte que a ocupação irregular de bem público, ainda que dominical, não passa de mera detenção, caso em que se afigura inadmissível o pleito de proteção possessória contra o órgão público, nem tampouco qualquer de seus consectários legais (direito de retenção e indenização pelas benfeitorias). Precedentes.
8. Por fim, não há que se falar em direito à indenização pela ocupação irregular, haja vista que não restou provada a prática de quaisquer atos ilícitos por parte das apeladas quanto às notificações expedidas pela Prefeitura de Guarujá, nem a existência concreta de dano.
9. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Segunda Turma decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Assinado eletronicamente por: LUIZ PAULO COTRIM GUIMARAES

18/03/2020 16:54:08

<http://pje2g.trf3.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 127434858



20031816540803100000126753675

IMPRIMIR

GERAR PDF